

caderno de
QUESTÕES?



- Questões gabaritadas da banca FCC, selecionadas de acordo com os assuntos mais cobrados nos anos de 2022 a 2025 em provas de nível médio e superior.
- Conteúdo organizado por disciplinas.

1.000

QUESTÕES DE PROVAS
FCC
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

| Língua Portuguesa
Matemática, Estatística e RLM
Informática
Direito Constitucional
Direitos Humanos
Direito Administrativo
Direito Penal

| Direito Processual Penal
Direito Civil
Direito Processual Civil
Lei de Licitações
Administração Geral e Pública
Administração Financeira e Orçamentária
Redação Oficial

1.000

QUESTÕES PARA

FCC

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo que você revisa a teoria estudada, você pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1.000 questões gabaritadas da banca Fundação Carlos Chagas – FCC, trazendo as mais recentes questões organizadas segundo as disciplinas e temas de maior incidência em concursos diversos para nível médio e superior.

Separado em disciplinas de acordo com os assuntos mais cobrados, nos anos de 2022 a 2025 para que você conheça os pontos principais e a forma de abordagem da banca.

Neste material, você encontra ainda o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	15
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS	15
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	16
→ CORRELAÇÃO VERBAL	18
→ PRONOMES RELATIVOS.....	20
→ CONJUNÇÃO	21
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	23
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	25
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	27
→ SUJEITO	31
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	33
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	34
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	37
→ CRASE	41
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	42
→ VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA).....	45
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	50
→ TIPOS DE DISCURSO (DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE).....	53
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	57
→ VOCÁBULO “QUE”	61
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	62
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	65
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	67
→ GABARITO 	70
 MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RLM	73
→ MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS	73
→ FUNÇÃO DENSIDADE DE PROBABILIDADE (QUESTÕES ENVOLVENDO INTEGRAL)	73
→ DISTRIBUIÇÃO DE POISSON	73
→ DISTRIBUIÇÃO NORMAL	74
→ INTERVALO DE CONFIANÇA PARA A MÉDIA	75

→ TESTE DE HIPÓTESES PARA A MÉDIA	75
→ CONCEITOS INICIAIS E CÁLCULO DAS ESTIMATIVAS DOS PARÂMETROS (REGRESSÃO LINEAR SIMPLES)	77
→ PROCESSOS E CADEIAS DE MARKOV	77
→ MATEMÁTICA - NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	78
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	78
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	79
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	79
→ EXPRESSÕES ARITMÉTICAS.....	80
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	80
→ PORCENTAGEM.....	81
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	81
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES)	82
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	82
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	83
→ SISTEMAS LINEARES.....	83
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES	83
→ EXERCÍCIOS DE "VERDADE/MENTIRA"	85
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	85
→ ORIENTAÇÃO NO PLANO, NO ESPAÇO E NO TEMPO	86
→ SUDOKU E JOGOS SIMILARES.....	86
→ GABARITO 	87

INFORMÁTICA 89

→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO	89
→ WINDOWS 10.....	89
→ WINDOWS 11.....	90
→ LINUX / UNIX	91
→ WORD 2010.....	92
→ WORD 2019.....	92
→ EXCEL 2010.....	93
→ EXCEL 2019.....	93
→ POWERPOINT 2019	94
→ CALC	94
→ PROTOCOLOS DE REDES.....	95
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	95
→ GOOGLE CHROME.....	95
→ GMAIL	96
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	96
→ GRUPOS COLABORATIVOS E DE DISCUSSÃO.....	96

→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	96
→ GOOGLE WORKSPACE	96
→ APLICATIVOS PARA VIDEOCONFERÊNCIA (ZOOM, MEETINGS ETC.).....	98
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	98
→ FIREWALL E PROXY.....	99
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	100
→ GABARITO 	100

DIREITO CONSTITUCIONAL.....103

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	103
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	103
→ AÇÃO POPULAR	105
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	106
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	106
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	107
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	107
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	108
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	109
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	110
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	110
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	111
→ INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL (ARTS. 34 A 36 DA CF/1988).....	112
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	112
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	113
→ DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF/1988).....	114
→ MEDIDAS PROVISÓRIAS	114
→ FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO (INICIATIVA, DISCUSSÃO, VOTO, VETO, SANÇÃO, PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO)	114
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	115
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988).....	115
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	116
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	116
→ DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS (ARTS. 106 A 110 DA CF/1988).....	117
→ COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	117
→ DOS PRINCÍPIOS GERAIS (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, ARTS. 145 A 149-B DA CF/1988)	118
→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF/1988)	118
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988)	118
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	119
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988)	119
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988).....	119

→ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI).....	120
→ GABARITO 	120

DIREITOS HUMANOS.....123

→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	123
→ PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP)	123
→ PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC)	124
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	125
→ OUTROS TEMAS E TÓPICOS MESCLADOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	126
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CADH-OAS).....	126
→ CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (DEC. N° 65.810)	127
→ CONVENÇÃO SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (DEC. N° 4.377/2002).....	128
→ CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO N° 6.949/2009)	129
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI N° 13.146/2015).....	130
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 5º DA LEI N° 12.288/2010).....	130
→ DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO - CONCEITOS, DOUTRINA, AÇÕES, MODALIDADES ETC.....	131
→ LEI N° 10.048/2000 - ATENDIMENTO PRIORITÁRIO	131
→ LEI N° 10.098/2000 - ACESSIBILIDADE DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	132
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	132
→ GABARITO 	132

DIREITO ADMINISTRATIVO

135	
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	135
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	135
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	136
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	136
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	136
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSição).....	136
→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	137
→ PODER DISCIPLINAR	137
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	138
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	139
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	139
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO)	140
→ LEI N° 13.303/2016 - ESTATUTO JURÍDICO DA EP E SEM (ARTS. 1º A 27)	140
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	141

→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	141
→ DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES - LEI N° 8.987/1995).....	142
→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI N° 8.987/1995).....	142
→ LEI N° 11.079/2004 - PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP).....	143
→ LEI N° 11.107/2005 - NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.....	144
→ LEI N° 13.019/2014 - ESTATUTO DAS PARCERIAS	145
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	145
→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI N° 8.112/1990).....	146
→ DAS LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES (ARTS. 81 A 99 DA LEI N° 8.112/1990).....	147
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI N° 8.112/1990).....	147
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI N° 8.112/1990)	148
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI N° 8.429/1992).....	148
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI N° 8.429/1992).....	149
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI N° 8.429/1992).....	149
→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI N° 9.784/1999).....	150
→ DESAPROPRIAÇÃO	150
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI N° 12.527/2011)	151
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI N° 12.527/2011).....	151
→ GABARITO 	151
 DIREITO PENAL.....	 153
→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL	153
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP).....	153
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP).....	153
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	154
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	154
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	154
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68 DO CP).....	155
→ SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E LIVRAMENTO CONDICIONAL (ARTS. 77 A 90 DO CP)	155
→ CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 107 E 120 DO CP)	156
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP)	156
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	157
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)	158
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	158
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	158
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	159
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)	159

→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	159
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	160
→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP).....	160
→ GABARITO 	160

DIREITO PROCESSUAL PENAL.....161

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	161
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	162
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	162
→ CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA	164
→ DAS EXCEÇÕES (ARTS. 95 A 111 DO CPP).....	164
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	164
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	165
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	165
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP).....	165
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	166
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372 DO CPP).....	166
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP)	166
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP)	167
→ RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	167
→ DA REVISÃO CRIMINAL (ARTS. 621 A 631 DO CPP)	167
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP).....	168
→ GABARITO 	168

DIREITO CIVIL.....169

→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)	169
→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....	169
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....	170
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ARTS. 79 A 97)	170
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	171
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	172
→ DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 927 A 954)	173
→ DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL - USUCAPIÃO, ACESSÃO E REGISTRO (ARTS. 1.238 A 1.259).....	174
→ DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES (ARTS. 1.639 A 1.688).....	174
→ DOS ALIMENTOS (ARTS. 1.694 A 1.710).....	175
→ DA ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA (ARTS. 1.829 A 1.844).....	175
→ GABARITO 	175

DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	177
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	177
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76).....	177
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	178
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138)	178
→ DA CITAÇÃO (ARTS. 238 A 259).....	179
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311)	179
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	180
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	180
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538)	181
→ DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS (ARTS. 554 A 568)	181
→ DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA (ARTS. 610 A 673)	182
→ DA EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 771 A 796)	182
→ DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (ARTS. 824 A 909).....	183
→ DA AÇÃO RESCISÓRIA (ARTS. 966 A 975).....	183
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008)	183
→ DOS RECURSOS PARA O STF E STJ (ARTS. 1.027 A 1.044)	184
→ GABARITO 	184
LEI DE LICITAÇÕES.....	185
→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021).....	185
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	185
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	186
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021).....	186
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	187
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	187
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	188
→ ALIENAÇÕES (ARTS. 76 E 77 DA LEI Nº 14.133/2021)	189
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021).....	189
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	190
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021).....	191
→ ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021).....	191
→ HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 137 A 139 DA LEI Nº 14.133/2021)	193
→ GABARITO 	193
ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA	195
→ ESCOLA DA TEORIA CLÁSSICA.....	195
→ MUDANÇA ORGANIZACIONAL	195

→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA.....	196
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	197
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	198
→ DIAGNÓSTICO DE AMBIENTE ORGANIZACIONAL - MATRIZ SWOT	198
→ ESTRATÉGIA E VANTAGEM COMPETITIVA.....	199
→ BALANCED SCORECARD (BSC)	199
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	200
→ DEPARTAMENTALIZAÇÃO (CONCEITOS E TIPOS).....	201
→ LIDERANÇA	201
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	202
→ CULTURA ORGANIZACIONAL.....	203
→ MOTIVAÇÃO.....	204
→ COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO	204
→ PROCESSO DECISÓRIO (TOMADA DE DECISÃO).....	205
→ CICLO PDCA (PLAN-DO-CHECK-ACT OU CICLO DE SHEWART)	206
→ PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DE LINHA E FUNÇÃO DE STAFF.....	206
→ DESEMPENHO	207
→ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	208
→ COORDENAÇÃO.....	208
→ GABARITO 	209

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA 211

→ TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC).....	211
→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	212
→ PPA - PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	212
→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	213
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	213
→ CRÉDITOS ADICIONAIS	215
→ CONCEITOS GERAIS (ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA, AFETAÇÃO PATRIMONIAL, REGULARIDADE, COERCITIVIDADE)	215
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA	216
→ DÍVIDA ATIVA.....	216
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	217
→ ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA.....	217
→ RESTOS A PAGAR (RAP).....	217
→ DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA)	218
→ REGIME DE ADIANTAMENTO	219
→ GABARITO 	219

REDAÇÃO OFICIAL.....	221
→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	221
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO).....	222
→ VOCATIVOS	222
→ FORMATAÇÃO (PÁGINAS, TEXTO, NUMERAÇÃO).....	223
→ CORREIO ELETRÔNICO (REDAÇÃO OFICIAL).....	223
→ ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (REDAÇÃO OFICIAL).....	223
→ REDAÇÃO OFICIAL	223
→ GABARITO 	224

LÍNGUA PORTUGUESA

→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS

1. (FCC – 2025) Leia o texto para responder à questão.

A “caixa de Pandora” é uma metáfora usada para caracterizar ações que, menosprezando o princípio da precaução, desencadeiam consequências maléficas, terríveis e irreversíveis. O mito de Pandora origina-se nos poemas épicos de Hesíodo (a Teogonia), escritos durante o século VII a.C. e considerados uma das mais antigas versões sobre a origem do Universo.

Zeus deu a Pandora, como presente de casamento, uma caixa (na Grécia antiga, um jarro), mas avisou-a para nunca a abrir, pois seria melhor deixá-la intocada. A vontade de abri-la superou qualquer precaução: coisas horríveis voaram para fora, incluindo ganância, inveja, ódio, dor, doença, fome, pobreza, guerra e morte.

Hoje em dia, a caixa de Pandora continua sendo aberta, não por pessoas desavisadas, mas por personagens que prestam serviços em nome da ciência, da política e da economia.

Ai estão os agravos à saúde da população, à biodiversidade, ao habitat dos demais seres vivos, à preservação dos ecossistemas, à própria Terra como um todo. A confiança na tecnologia como panaceia para todos os males resultou em considerar a “inteligência artificial” como opção para o declínio da “inteligência natural”.

Eleitos adversos relativos ao ultraprocessamento dos alimentos, às transformações genéticas, às radiações eletromagnéticas continuam ainda pouco explorados. Entidades diversas subsidiam pesquisas científicas, desde que seus resultados respaldem, à priori, o que afirmam sobre seus métodos, produtos e ações.

Jornalistas, influenciadores e meios de comunicação social teriam que destacar os objetivos desejáveis e colocar em debate os caminhos para alcançá-los.

O resgate da Terra e o resgate da humanidade são aspectos complementares e devem ser tratados simultaneamente, no espaço e no tempo, para seu apoio mútuo.

A questão é que as mudanças dependem da adoção de novas formas de estar no mundo. Elas implicam o apoio de dimensões interdependentes: intima (mundo pessoal); interativa (relações grupais); social (política, econômica); e biofísica [condições ambientais].

Existe uma sinergia entre todas essas dimensões: elas podem se congregar em tomo de objetivos comuns (ecossistemas), ou se repelirem (ruptura e caos). Eis aqui a caixa de Pandora.

(adaptado de: André Francisco Pilon. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acesso em 06/2025)

O trecho que apresenta palavra formada a partir de prefixo de negação está em:

- a) A vontade de abri-la superou qualquer precaução.
- b) O resgate da Terra e o resgate da humanidade são aspectos complementares.
- c) Zeus deu a Pandora, como presente de casamento, uma caixa.
- d) uma das mais antigas versões sobre a origem do Universo.
- e) desencadeiam consequências maléficas, terríveis e irreversíveis.

2. (FCC – 2023) Leia o texto abaixo para responder questão.

Luís Bernardo Honwana, que faz hoje, neste sábado, 12 de Novembro, 80 anos, é um dos precursores da literatura moçambicana e um dos maiores intérpretes da moçambicanidade. Quando tinha 22 anos, em 1964, fez publicar uma obra seminal e fundadora da moderna ficção moçambicana – “Nós Matámos o Cão Tinhoso”. O início desta obra é um dos mais belos que se podem cotejar entre nós: “O Cão-Tinhoso tinha uns olhos azuis que não tinham brilho nenhum, mas eram enormes e estavam sempre cheios de lágrimas, que lhe escorriam pelo focinho. Metiam medo aqueles olhos, assim tão grandes, a olhar como uma pessoa a pedir qualquer coisa sem querer dizer”.

O jovem autor de “Nós Matámos o Cão Tinhoso”, redigira uma nota biográfica igualmente singular: “Não sei se sou realmente escritor. Acho que apenas escrevo sobre coisas que, acontecendo à minha volta, se relacionem intimamente comigo ou traduzam fatos que me pareçam decentes. Este livro de histórias é o testemunho em que tento retratar uma série de situações e procedimentos que talvez interesse conhecer”.

A realidade que estas histórias narram ultrapassa, em muito, a circunstância da mera biografia. Estes textos denunciavam, de forma resoluta e corajosa, uma realidade social profundamente injusta e desigual. Textos breves, quase todos, à exceção daquele que nomeia o volume. Provavelmente, a grande literatura seja isso mesmo: a combinação entre as faculdades da arte em si e o poder de esta nos interpelar com a realidade que ilustra ou denuncia.

(Disponível em: <https://opais.co.mz>. Adaptado)

Um sufixo é um afixo que se acrescenta ao final de uma palavra para formar novas palavras. O substantivo formado por sufixação a partir de um outro substantivo está destacado em:

- a) Acho que apenas escrevo sobre coisas que, acontecendo à minha volta, se relacionem **intimamente** comigo.
- b) Este livro é uma surpreendente obra literária e é um libelo acusatório **virulento**.
- c) O jovem autor de Nós Matámos o Cão Tinhoso redigira uma nota biográfica igualmente **singular**.
- d) Quando tinha 22 anos, e, 1954, fez publicar uma obra seminal e **fundadora** da moderna ficção moçambicana.
- e) Honwana é um dos precursores da literatura moçambicana e um dos maiores intérpretes da **moçambicanidade**.

3. (FCC – 2022)

Antigamente, se morria.

1907, digamos, aquilo sim
é que era morrer.

Morria gente todo dia,
e morria com muito prazer,
já que todo mundo sabia
que o Juízo, afinal, viria,
e todo mundo ia renascer. (a)

Morria-se praticamente de tudo.

MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RLM

→ MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS

1. (FCC – 2023) Em uma turma de 60 alunos, 10 foram reprovados. Sabendo-se que a média dos alunos aprovados foi 8,5 e a média dos alunos reprovados foi de 3,4, a média da turma foi

- a) 8,35
- b) 7,65
- c) 7,95
- d) 6,95
- e) 7,05

2. (FCC – 2023) Luís está treinando para uma maratona em um percurso similar que começa e termina no mesmo lugar. Os tempos dos treinos estão no quadro a seguir:

Treino	Tempo
1º	55 minutos e 10 segundos
2º	54 minutos e 38 segundos
3º	54 minutos e 44 segundos
4º	56 minutos e 4 segundos

O tempo médio dos treinos de Luis é igual a

- a) 54 minutos e 15 segundos.
- b) 55 minutos e 9 segundos.
- c) 55 minutos e 24 segundos.
- d) 55 minutos e 18 segundos.
- e) 54 minutos e 24 segundos.

3. (FCC – 2022) A média das idades dos professores de Física e de Matemática que participam de uma reunião é 40 anos. A média de idade dos professores de Física é 35 anos, enquanto a média de idade entre os professores de Matemática é 50 anos. A razão entre o número de professores de Física e o número de professores de Matemática participantes da reunião é:

- a) 1
- b) 3
- c) 2
- d) 4
- e) 5

→ FUNÇÃO DENSIDADE DE PROBABILIDADE (QUESTÕES ENVOLVENDO INTEGRAL)

4. (FCC – 2023) A função de densidade de probabilidade $f(x) = K(x+1)$, se $0 < x < 4$ e $f(x) = 0$, caso contrário, corresponde a uma variável aleatória X , sendo K um parâmetro real não nulo. A esperança de X , denotada por $E(X)$, é igual a

- a) 22/9
- b) 10/3
- c) 16/9
- d) 11/3
- e) 8/3

5. (FCC – 2022) Seja (X_1, X_2, \dots, X_n) uma amostra aleatória de uma variável X e as estatísticas de ordem denotadas por $X_{(1)}, X_{(2)}, \dots, X_{(n)}$, em que $X_{(1)} = \min(X_1, X_2, \dots, X_n)$ corresponde ao menor valor observado na amostra. Sabe-se que X possui uma função densidade dada por $f(x) = 1/2$, se $0 < x < 2$ e que $f(x) = 0$, caso contrário. A função de distribuição acumulada de $X_{(1)}$, ou seja $F_{(X_{(1)})}(x)$ para $0 < x < 2$, é dada por

- a) $(1 - x/2)^n$
- b) $(x/2)^n$
- c) $[1 - (1 - x/2)^n]$
- d) $[1 - (x/2)^n]$
- e) $[1 - (1/2)^n]$

→ DISTRIBUIÇÃO DE POISSON

6. (FCC – 2025) Relatórios são verificados diariamente. Os erros de digitação ocorrem segundo uma distribuição de Poisson com média 4 e as omissões segundo uma distribuição de Poisson com média 1. Erros e omissões ocorrem de forma independente entre si. A probabilidade de que, em um dia qualquer, haja pelo menos 1 ocorrência de cada tipo de irregularidade é

- a) $1 - e^{-4} - e^{-1}$
- b) $1 - (e^{-4} + e^{-1})$
- c) $e^{-4} + e^{-1} - e^{-5}$
- d) $1 - e^{-4} - e^{-1} + e^{-5}$
- e) $1 - e^{-4} - e^{-5}$

7. (FCC – 2023) Um aparelho funciona ininterruptamente e o número de falhas ocorridas diariamente tem uma distribuição de Poisson com média de uma falha por dia. Em um determinado dia, verificou-se que o aparelho não apresentou falhas. A probabilidade de que nos 2 dias seguintes o aparelho apresente, no máximo, duas falhas é igual a

INFORMÁTICA

→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO

1. (FCC – 2024) Um arquivo chamado Documento.pdf tem tamanho de 1.681.408 bytes. Após ser compactado para Documento.zip teve o tamanho reduzido para 1.002

. 520 bytes. Os tamanhos aproximados dos arquivos PDF e ZIP que podem ser mostrados no gerenciador, de arquivos do Windows são, respectivamente,

- a) 1642KB e 980 KB
- b) 1681 MB e 1002MB
- c) 1,6GB e 1,02GB
- d) 1,68 KB e 1,0 KB
- e) 1,64 MB e 1.02MB

2. (FCC – 2022) Ao perceber que o disco do seu computador estava cheio, um Professor começou a analisar o espaço ocupado por cada pasta do seu HD para descobrir as que usavam mais espaço. Clicou com o botão direito do mouse sobre cada pasta no explorador de arquivos do Windows e acionou a opção Propriedades. Em uma das pastas foram mostradas as informações abaixo.

Tamanho em disco: 578.400.256 bytes

Contém: 7.855 Arquivos, 1.348 Pastas

Observando-se a quantidade de bytes indicada, o tamanho aproximado da pasta é de

- a) 566 GB.
- b) 566480 MB.
- c) 566 KB.
- d) 500 TB.
- e) 551 MB.

→ WINDOWS 10

3. (FCC – 2025) Sobre a função do Windows Defender Firewall do Windows 10 e o combate a vírus, worms e outras pragas virtuais, ele

- a) bloqueia automaticamente a execução de arquivos infectados com vírus ou worms no sistema operacional.
- b) impede conexões de rede não autorizadas com base no endereço IP, protocolo ou porta.
- c) remove automaticamente malwares detectados em conexões de entrada e saída da rede.
- d) desativa qualquer aplicação que tente acessar a internet sem a permissão do usuário.
- e) é responsável por realizar varreduras completas no sistema em busca de vírus e outras ameaças.

4. (FCC – 2025) Ao tentar solucionar um problema de conectividade a um site da internet no Windows 10, aberto e funcionando em condições ideais, um funcionário de um Tribunal acessou o Windows Defender Firewall e clicou em Restaurar padrões, fazendo com que ela

- a) permita conexões de entrada de aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando conectado às redes privadas e públicas.
- b) bloquee todas as conexões de entrada com aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando o computador estiver conectado à rede privada.
- c) notifique quando um aplicativo novo for permitido tanto no perfil da rede local quanto na internet.
- d) bloqueia todas as conexões de saída com aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando o computador estiver conectado às redes públicas.
- e) bloqueie todas as conexões de saída com aplicativos que não estejam na lista de aplicativos permitidos quando à computador estiver conectado à internet.

5. (FCC – 2024) No Windows 10, aberto e funcionando em condições ideais, um funcionário, executando como administrador, na área do prompt de comandos (cmd), digita help attrib para saber como os parâmetros R e H serão úteis para o que ele necessita fazer com alguns arquivos. Assim, ele obteve o significado desses parâmetros que são, correta e respectivamente, um atributo de

- a) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo oculto.
- b) restauração de arquivo e um atributo de exame de integridade de arquivo.
- c) arquivo morto e um atributo de integridade de arquivo.
- d) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo padrão.
- e) recuperação de arquivo fixado e um atributo de arquivo sem conteúdo indexado.

6. (FCC – 2024) Considere que os itens entre < > são parâmetros do comando. No prompt de comando do Windows 10 utilizado em condições ideais no modo administrador, um usuário digitou os comandos PING <IP> e CD «nome-diretório> respectivamente para

- a) exibir as configurações de rede - criar um diretório.
- b) analisar um arquivo conectado - exibir dados de um diretório.
- c) rastrear a rota de um pacote de rede - apagar um diretório vazio.
- d) configurar a rede - criar um diretório.
- e) verificar se um host está online - entrar em um diretório.

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

1. (FCC – 2024) De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil

- a) rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, dentre outros: defesa da paz; desigualdade entre os Estados; repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- b) constitui-se em Estado Democrático de Direito, sendo que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.
- c) constitui-se em Estado de Direito e buscará a integração apenas econômica, política e social dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- d) rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, dentre outros: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; intervenção.
- e) constitui-se em Estado Democrático, sendo que todo poder emana do povo, que o exerce apenas de forma indireta, ou seja, por meio de representantes eleitos, não havendo forma direta de participação do povo no poder.

2. (FCC – 2023) Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios:

- a) repúdio ao terrorismo e ao racismo, não concessão de asilo político e defesa da paz.
- b) defesa da paz, intervenção e igualdade entre os Estados.
- c) prevalência dos direitos humanos, concessão de asilo político e independência nacional.
- d) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, solução pacífica ou não dos conflitos e repúdio ao terrorismo.
- e) prevalência dos direitos humanos, intervenção e igualdade entre os Estados.

3. (FCC – 2022) Em conformidade com a Constituição Federal, no que se refere aos princípios fundamentais,

- a) a República Federativa do Brasil buscará a integração social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, sendo vedadas a integração econômica e a política.
- b) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da proibição da concessão de asilo político.
- c) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da intervenção.

- d) são poderes da União, dependentes entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.

- e) a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

4. (FCC – 2025) Um determinado município convocou audiência pública para debater o plano de educação local, tendo como uma das diretrizes a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Uma pessoa presente à audiência, representando um grupo denominado “orgulho LGBTQIA+”, propôs que se fizesse constar do referido plano a obrigação de as escolas municipais coibirem as discriminações por gênero, por identidade de gênero e por orientação sexual, de sorte a se coibir o bullying e as discriminações em geral de cunho machista (contra meninas cisgêneras e transgêneras) e homotransfóbicas (contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), determinando-se, assim, o respeito às identidades das crianças e adolescentes LGBTI nas escolas públicas municipais. Em vista disso e à luz dos princípios da Constituição Federal, tal proposta

- a) deverá ser contemplada em parte pela política pública educacional em relação às discriminações de cunho machista, já que a ordem constitucional brasileira reconhece direitos iguais entre homens e mulheres.
- b) deverá ser contemplada pela política pública educacional, pois a realidade atual exige um reforço normativo que vá além das formulações genéricas de erradicação de todas as formas de discriminação e proteja especificamente a população LGBTI.
- c) não deverá ser contemplada pela política pública educacional, uma vez que se encontra contida na diretriz geral que demanda a erradicação de todas as formas de discriminação, ainda que não expressamente.
- d) não deverá ser contemplada pela política educacional, pois, apesar de figurar entre os objetivos da República Federativa do Brasil o combate às desigualdades, neles não se insere a construção social do gênero, noção que sequer existia quando da promulgação da Constituição.
- e) não deverá ser contemplada pela política pública educacional, pois elementos culturais do povo brasileiro, especialmente de cunho religioso, exigem que se reconheça os gêneros masculino e feminino, sendo os demais objeto de construção teórica ideológica.

DIREITOS HUMANOS

→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

1. (FCC – 2025) No Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos portugueses, sobre negras e indígenas, está na origem de todas as construções da identidade nacional e das hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade (...).

(Carneiro, 2019, p. 151)

O trecho transcrito remete a uma ferramenta analítica utilizada na compreensão mais contemporânea das opressões e das desigualdades sociais, denominada:

- a) pluralidade.
- b) heterotopia.
- c) transnacionalidade.
- d) genealogia.
- e) interseccionalidade.

2. (FCC – 2023) Considere os seguintes textos:

[...] Os direitos humanos, mais que direitos “propriamente ditos”, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida.

(HERRERA FLORES, Joaquín. A (re)invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 28)

[...] Mas é preciso estar atento e forte. O senso comum imagina que a democracia é algo que você veste e sai andando – não é.

[...] Se tiver uma faixa “DEMOCRACIA, ENTRE”, é bobagem, você vai entrar e levar um soco na cara. Os poetas dizem que a democracia é uma utopia, algo que se busca não que consome. É um desafio que uma sociedade determinada exercita como experiência cotidiana. Assim como a ideia de liberdade, de integridade de um povo, a democracia deve ser constantemente construída, ela não tem o dom de se instalar e está sujeita a todo tipo de ataque”.

(KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 44)

A partir da análise dos textos acima, em cotejo com as construções teóricas e jurisprudenciais sobre democracia e direitos humanos, é correto afirmar:

- a) A democracia e a concretização dos direitos humanos são processos históricos sem retrocessos depois de instalados.
- b) A construção da democracia e dos direitos humanos dispensam o resgate da memória histórica, já que são experiências cotidianas.
- c) O processo de concretização dos direitos humanos e de fortalecimento democrático tem sido linear e definitivo.
- d) O direito à verdade não se aplica a contextos declaradamente democráticos, pois visa apurar fatos ocorridos em regimes abertamente ditatoriais.
- e) As garantias de não repetição buscam fortalecer a democracia e prevenir futuras violações de direitos humanos.

3. (FCC – 2022) Pelo princípio da vedação ao retrocesso, em matéria de direitos humanos, também conhecido como princípio da proibição de regresso,

- a) a testemunha, após prestar o seu depoimento em audiência, não poderá mais alterá-lo.
- b) a aplicação da lei só pode regular efeitos futuros, não podendo retroagir.
- c) o preso, após a progressão do regime fechado para o semiaberto, não poderá mais voltar para o regime mais severo.
- d) os direitos não podem retroagir, só podendo avançar na proteção dos indivíduos.
- e) não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal.

→ PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP)

4. (FCC – 2023) A Organização das Nações Unidas adotou Protocolo Facultativo do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos sobre

- a) criação do Tribunal Penal Internacional
- b) abolição da pena de morte.
- c) aplicação de penas cruéis, desumanas ou degradantes.
- d) direitos econômicos, sociais e culturais.
- e) envolvimento de crianças em conflitos armados.

5. (FCC – 2022) A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos referem-se à religião para, expressamente,

- a) afirmar que seus princípios de direitos humanos, em caso de conflito, sempre prevalecem sobre os princípios religiosos.
- b) declarar que a liberdade de manifestar a própria religião não poderá se sujeitar a limitações por parte das leis internas de cada país.
- c) afirmar que será proibida por lei qualquer apologia ao ódio religioso que constitua incitamento à hostilidade.
- d) declarar que o Estado deve ser laico, não devendo se orientar em qualquer hipótese por preceitos religiosos.
- e) reconhecer o dever do Estado em garantir com plenitude o direito de acesso do cidadão a cultos e práticas religiosas de sua escolha.

6. (FCC – 2022) Segundo regra expressa do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser preso

- a) sem que haja ordem de prisão determinada pela autoridade judicial competente.
- b) sem que tenha sido condenado definitivamente em segunda instância.

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

1. (FCC – 2024) A exigência de que a atividade administrativa seja pautada não só pela lei, mas pela boa-fé, lealdade e probidade representa o princípio da

- a) impessoalidade.
- b) eficiência.
- c) legalidade abstrata.
- d) moralidade.
- e) eficácia.

2. (FCC – 2023) Um dos princípios da Administração Pública está associado tanto ao princípio da isonomia quanto ao princípio da finalidade. Isto porque objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica e, nesse ponto, representa uma faceta do princípio da isonomia. Além disso, também se relaciona ao dever da Administração de voltar-se exclusivamente para o interesse público e, portanto, exprime a aplicação do princípio da finalidade. Trata-se do princípio da

- a) moralidade.
- b) eficiência.
- c) legalidade.
- d) impessoalidade.
- e) publicidade.

3. (FCC – 2022) Com relação aos princípios da Administração Pública,

- a) o rol dos princípios da Administração Pública elencados na Constituição Federal é exaustivo.
- b) os Poderes Legislativo e Judiciário não estão sujeitos aos princípios da Administração Pública no exercício de suas funções típicas ou atípicas.
- c) o princípio da eficiência não constava da redação original da Constituição Federal, sendo posteriormente incluído por meio de uma emenda, quase dez anos após a sua promulgação.
- d) os princípios da Administração Pública se aplicam somente à administração direta, não se aplicando às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- e) a obrigação do poder público de disponibilizar para a sociedade a remuneração dos servidores públicos está relacionada ao princípio da eficiência.

4. (FCC – 2022) São dois princípios constitucionais que regem a Administração Pública:

- a) Legalidade e razoabilidade.
- b) Razoabilidade e impessoalidade.
- c) Moralidade e motivação.

- d) Motivação e legalidade.
- e) Impessoalidade e moralidade.

5. (FCC – 2022) A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente a obrigação de a Administração pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios respeitar o princípio da

- a) autotutela.
- b) hierarquia.
- c) moralidade.
- d) proporcionalidade.
- e) liberdade.

→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

6. (FCC – 2022) Os conceitos de autotutela e de tutela presentes no regime jurídico aplicável à Administração Pública são

- a) decorrentes da evolução histórica da organização da Administração Pública, sendo o primeiro expressam do modelo burocrático, e o segundo próprio do modelo gerencial.
- b) ambos expressão do poder hierárquico exercido no âmbito da Administração Pública, sendo a tutela exercida na linha de comando entre superiores e seus subordinados e a autotutela no âmbito de autoridades da mesma linha hierárquica.
- c) complementares, sendo o primeiro de natureza hierárquica, voltado estritamente às ações necessárias à organização funcional, e o segundo de caráter disciplinar, podendo importar aplicação de sanções.
- d) diversos, sendo expressão da autotutela o poder-dever da Administração Pública de anular e rever seus atos, por razões, respectivamente, de legalidade e de conveniência, o que não se mostra presente na tutela, que corresponde ao denominado controle finalístico.
- e) simétricos, sendo a autotutela aplicável no âmbito interno da Administração Pública, enquanto a tutela incide sobre particulares ligados à Administração Pública por vínculo contratual.

7. (FCC – 2022) No que diz respeito ao princípio da autotutela, é correto afirmar:

- a) A Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Contudo, quando evitados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, somente o Poder Judiciário poderá anulá-los, quando provocado.
- b) Somente o Poder Judiciário pode revogar ou anular os atos da Administração pública, quando evitados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

DIREITO PENAL

→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL

1. (FCC – 2023) A vadiagem era um ilícito penal previsto no artigo 59 do Decreto-lei nº 3.688 de 1941, e definida como a prática habitual de ociosidade por quem era apto para o trabalho, mas não tinha renda para se sustentar, ou que se sustentava por meio de atividades ilícitas. Contudo, tal conduta foi retirada do ordenamento jurídico pelo projeto de Lei nº 1.212/2021, aprovado pela Comissão de Segurança Pública do Senado em agosto de 2023. Um dos fundamentos para a sua retirada foi que não se admite a criação de tipos penais incriminadores da personalidade do cidadão, pois no Brasil veda-se o Direito Penal do autor. Com a exclusão da vadiagem do ordenamento jurídico, respeitou-se o princípio do direito penal da

- a) responsabilidade pessoal.
- b) responsabilidade subjetiva.
- c) exteriorização ou materialização do fato.
- d) legalidade.
- e) irretroatividade da lei penal.

2. (FCC – 2024) Adelmo foi condenado, com sentença transitada em julgado, e está cumprindo pena em estabelecimento prisional. Sua companheira, Rita, ao tentar visitá-lo, foi surpreendida no momento da revista tentando ingressar no local portando substância proibida, fato que não era do conhecimento de Adelmo. Diante disso, foi determinada a instauração de um inquérito policial, culminando, após o regular processo, na condenação de Adelmo e Rita pela prática de ilícito penal relacionado ao evento acima descrito. Considerando tão somente as informações apresentadas na questão, a condenação de Adelmo ofendeu, em tese, o princípio do direito penal da:

- a) responsabilidade pessoal do agente.
- b) bagatela ou da insignificância.
- c) intervenção mínima.
- d) humanidade da pena.
- e) anterioridade da lei.

3. (FCC – 2023) A intervenção estatal consistente na repressão penal apenas se justifica se houver lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado, da acordo com o princípio da

- a) Insignificância.
- b) humanidade
- c) legalidade.
- d) ofensividade.
- e) adequação social.

→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP)

4. (FCC – 2022) O Código Penal estabelece que a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. Sobre a relevância da omissão, o dever de agir incumbe a quem

- I. tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.
 - II. tenha assumido a responsabilidade de impedir o resultado.
 - III. criou, com seu comportamento anterior, o risco da ocorrência do resultado.
 - IV. impede que o resultado se produza.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- a) I, II e III.
 - b) I, II e IV.
 - c) III e IV.
 - d) II, III e IV.
 - e) I e II.

→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP)

5. (FCC – 2025) Sobre conduta punível:

- a) O agente que comete o crime de roubo e que restitui a coisa antes do recebimento da denúncia, caso não tenha a vítima sido ferida e sendo de pequeno valor o objeto material da subtração, terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- b) Pela teoria da imputação objetiva, na qual o nexo de causalidade é relativizado, o agente que vende arma de fogo, de forma legal, pode ser responsabilizado criminalmente por homicídio posterior praticado com o objeto adquirido, caso se comprove que sabia da intenção homicida do comprador, visto que assumiu um risco juridicamente relevante ao vender o artefato, por saber da pretensão ilegal do adquirente.
- c) Nos crimes por omissão impróprios, a responsabilização pela conduta omissiva penalmente relevante é afastada quando o omitente tem o dever de cuidado, mas sua conduta é culposa.
- d) Na análise da relação de causalidade entre a conduta e o resultado, havendo superveniência de causa relativamente independente que por si só produziu o resultado, exclui-se a imputação, mas o agente responde pelos fatos anteriores praticados.
- e) Os crimes omissivos próprios permitem o fracionamento da conduta e admitem a tentativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS

1. (FCC – 2025) Inconformada com a decisão que indeferiu seu pedido de progressão de regime prisional a João, a defesa do sentenciado apresentou recurso para a instância superior, argumentando o seguinte: “Constata-se da decisão a ausência de qualquer análise acerca das condições e requisitos preenchidos pelo postulante para a progressão pretendida, apenas mencionando a decisão acerca da impossibilidade, por ora, de se atender ao pleito, sem tecer uma linha sequer da situação específica do requerente”.

Nota-se, pois, que a alegação da defesa se baseia em eventual descumprimento pelo magistrado do princípio do direito processual penal

- a) do livre convencimento motivado.
- b) da verdade real.
- c) do juiz natural.
- d) da publicidade.
- e) do duplo grau de jurisdição.

2. (FCC – 2025) Considere as assertivas abaixo sobre princípios processuais.

I. O Acesso à Justiça Penal abrange a incidência de outros princípios, que integram a face de um processo penal democrático, dentre os quais, destacam-se os princípios da jurisdicionalidade, da garantia do princípio acusatório, presunção de inocência, contraditório e ampla defesa e da motivação das decisões judiciais.

II. O princípio da verdade real ou processual é o objetivo fundamental do processo penal, permitindo a descoberta acerca da veracidade do fato praticado, através da instrução probatória. Este princípio permite ao juiz buscar provas, atividade concorrente ao poder instrutório do magistrado.

III. A implementação gradual do princípio da paridade de armas consagra o tratamento isonômico das partes no transcurso do processo penal (CF, art. 5º, caput), nivellando processualmente o Ministério Público e a Defensoria Pública, e fazendo com que, paulatinamente, se mitigue o princípio do favor rei.

IV. O Princípio do Defensor Natural, que guarda similitude aos princípios do Juiz Natural e do Promotor Natural, veda que o Defensor Público seja afastado de casos em que, por critérios legais predeterminados, deveria oficiar. O Princípio do Defensor Natural apresenta dupla garantia, uma vez que se dirige tanto aos membros da Defensoria Pública, como para os assistidos da instituição.

Esta correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III.
- b) I, II e IV.
- c) I e II.

- d) II e IV.

- e) I e IV.

3. (FCC – 2023) O princípio da confiança no juiz da causa é

- a) princípio que está em consonância com o processo acusatório ao exigir que o juiz se abstenha de servir no processo quando houver incompatibilidade ou impedimento legal.
- b) suposto princípio que viola o dever de motivação e fundamentação das decisões judiciais, sendo invocado nos casos em que resta ausente suporte adequado na decisão impugnada.
- c) princípio que, à semelhança do princípio do duplo grau de jurisdição, está previsto expressamente na Convção Americana de Direitos Humanos, da qual o Estado Brasileiro é signatário.
- d) suposto princípio que viola os princípios do contraditório e da identidade física do juiz ao admitir, ainda que em casos excepcionais, a produção probatória por juízo diverso do sentenciante.
- e) princípio que está em consonância com a figura do juiz das garantias, prevista a partir da Lei federal nº 13.964/2019, porém atualmente com sua eficácia suspensa.

4. (FCC – 2023) O direito de toda pessoa acusada de delito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior, previsto na Convención americana de Direitos Humanos, refere-se diretamente ao princípio

- a) da presunção de inocência.
- b) da motivação das decisões judiciais.
- c) do juiz natural.
- d) da identidade física do juiz
- e) do duplo grau de jurisdição

5. (FCC – 2022) A condição de terceiro é [...] em relação às provas, ao conteúdo probatório, já que o acertamento das condutas deve ser novidade ao julgador. O juiz é um sujeito processual (não parte) ontologicamente concebido como um ignorante, porque ele (necessariamente) ignora o caso penal em julgamento. Deixará o juiz de ser um ignorante quando, ao longo da instrução, lhe trouxerem as partes às provas que lhe permitirão então conhecer.

(LOPES JR, Aury e ROSA, Alexandre Moraes da. Quando o juiz já sabia, em: www.conjur.com.br

Tal lição doutrinária sinaliza como a atuação do mesmo juiz em fase pré-processual atinge sua imparcialidade para julgar o mérito da demanda penal, eis que macula algo primordial em sua atuação, a denominada

DIREITO CIVIL

→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)

1. (FCC – 2025) Considere o Código Civil brasileiro para responder à questão.

Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência,

- a) quando a pessoa era absolutamente incapaz.
- b) se alguém, desaparecido em campanha, não for encontrado até seis meses após o término da guerra.
- c) se a pessoa estava em perigo de vida, independentemente do esgotamento das buscas e averiguações.
- d) nos casos em que a pessoa era considerada relativamente incapaz.
- e) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, desde que esgotadas as buscas e averiguações.

2. (FCC – 2025) Considere as seguintes situações:

1. Leonardo, 17 anos de idade, casou-se aos 16 anos.

2. Graziella, que completou 17 anos de idade há seis meses, foi emancipada por seus pais, na última semana, mediante instrumento público, sem homologação judicial.

A incapacidade

- a) cessou para Leonardo e Graziella.
- b) não cessou nem para Leonardo nem para Graziella, pois, no caso de Graziella, a emancipação não pode ser concedida por instrumento público, mas só por sentença judicial.
- c) cessou para Leonardo, apenas.
- d) cessou para Graziella, apenas.
- e) não cessou nem para Leonardo nem para Graziella, podendo cessar para Graziella se o instrumento público for homologado judicialmente.

3. (FCC – 2024) Sueli foi recentemente diagnosticada com Alzheimer precoce e deficiência degenerativa. Embora ainda esteja com suas faculdades mentais parcialmente preservadas, possui dificuldade de locomoção, ficando, via de regra, acamada. Por esse motivo, entende que precisa de um representante para defender seus interesses e gerir seu patrimônio, tendo em vista, ainda, a possibilidade de avanço da demência causada pelo Alzheimer. Sueli confia em suas duas primas, Magali e Roseli, desejando indicá-las para representá-la. Com base nessas informações e no interesse e vontade manifestados por Sueli, a saída jurídica será a propositura de ação de:

- a) curatela, com a nomeação de Magali e Roseli como curadoras de Sueli, considerando-a absolutamente incapaz para os atos da vida civil.
- b) tomada de decisão apoiada, com a nomeação de Magali e Roseli como apoiadoras de Sueli, considerando-a capaz para suas escolhas.
- c) tutela, com a nomeação de Magali ou Roseli como tutoras, avaliando suas condições pessoais, tendo em vista que não é possível o compartilhamento do papel de tutor.

- d) curatela, com a nomeação de Magali e Roseli como curadoras de Sueli, considerando-a relativamente incapaz para os atos da vida civil.

- e) tomada de decisão apoiada, com a nomeação de Magali e Roseli como curadoras de Sueli, considerando-a absolutamente incapaz para os atos da vida civil.

4. (FCC – 2024) Cessará, para os menores, a incapacidade civil:

I. Pelo casamento.

II. Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

III. Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com o Código Civil, está correto o que se afirma em

- a) II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

5. (FCC – 2022) O Código Civil, ao tratar da capacidade da pessoa, considera incapazes, relativamente a certos atos ou a maneira de os exercer, aqueles que, entre outros:

I. por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

II. são ebrios eventuais submetidos a tratamento e pródigos.

III. são maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

IV. são menores de dezesseis anos e os idosos, ainda que possam exprimir sua vontade.

Está correto o que consta APENAS em

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I e II.
- e) II e IV.

→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21)

6. (FCC – 2022) Luiza, maior e capaz, é travesti e gostaria de alterar seu nome e sexo no registro civil de nascimento. De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4275, a alteração é possível sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69)

1. (FCC – 2023) De acordo com o Código de Processo Civil, a competência em razão do valor é

- a) relativa, tal como a competência em razão da pessoa, podendo ser modificada por convenção das partes.
- b) relativa, tal como a competência em razão da função, não podendo ser modificada por convenção das partes.
- c) absoluta, tal como a competência em razão da pessoa, não podendo ser modificada por convenção das partes.
- d) absoluta, tal como a competência em razão da matéria, podendo ser modificada por convenção das partes.
- e) relativa, tal como a competência em razão do território, podendo ser modificada por convenção das partes.

2. (FCC – 2022) Tramitando o processo perante outro juiz, os autos serão remetidos ao juiz federal competente se nele interviver a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente. Nesse sentido,

- a) o deslocamento da competência para a justiça federal ocorrerá sempre em todas as espécies de ações, excetuando-se apenas aquelas sujeitas à justiça eleitoral e do trabalho.
- b) serão remetidas igualmente ao juiz federal competente as ações envolvendo recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente do trabalho, mas não aquelas sujeitas à justiça eleitoral e do trabalho.
- c) ainda que o ente federal cuja presença ensejou a remessa seja excluído do processo, permanece competente o juiz federal ao qual o processo foi remetido.
- d) as pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.
- e) a União poderá intervir apenas nas causas em que as autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista figurem como réis, não cabendo a intervenção da União quando figurarem como autoras.

3. (FCC – 2022) De acordo com o Código de Processo Civil, é inderrogável por convenção das partes a competência em razão da

- a) matéria ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do valor, da pessoa e do território.
- b) matéria, da pessoa ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do valor e do território.

- c) matéria, do valor, da pessoa ou da função, mas as partes podem modificar a competência em razão do território.
- d) pessoa ou do valor, mas as partes podem modificar a competência em razão da função ou da matéria.
- e) pessoa ou do território, mas as partes podem modificar a competência em razão da função, da matéria ou do valor.

→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76)

4. (FCC – 2022) A respeito da capacidade processual, personalidade jurídica e capacidade postulatória, considere as assertivas abaixo:

I. Toda pessoa que se encontre no exercício pleno de seus direitos tem capacidade de assumir a posição processual de autor ou réu.

II. Verificada a incapacidade processual do autor, o juiz imediatamente julgará o processo extinto.

III. O legislador não confere personalidade jurídica ao espólio de pessoa falecida, a despeito de se reconhecer que tenha capacidade de figurar no polo ativo ou passivo de processo judicial.

IV. O ordenamento jurídico confere a capacidade postulatória apenas ao advogado, desde que regularmente inscrito na OAB.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

5. (FCC – 2022) Segundo as normas do Código de Processo Civil que disciplinam a representação em juízo,

- a) a União será representada pela Procuradoria Geral da República.
- b) o Estado e o Distrito Federal serão representados pelo seu Governador.
- c) a massa falida será representada pelo administrador judicial.
- d) o espólio será representado por todos os herdeiros, em conjunto.
- e) o condomínio será representado por qualquer condômino.

LEI DE LICITAÇÕES

→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI N° 14.133/2021)

- 1. (FCC – 2024)** Uma autarquia precisa celebrar contrato de locação de veículos para atender as diligências realizadas pelos agentes públicos da entidade. Considerando que as autarquias têm personalidade jurídica de direito público, suas contratações
- a) submetem-se à disciplina de licitações e contratos que constam da lei de instituição da entidade.
 - b) somente podem ser feitas por meio de licitação, sendo vedadas contratações diretas, por dispensa ou inexigibilidade, autorizadas apenas para a Administração Direta.
 - c) sujeitam-se a regime próprio de licitações, que deve ser objeto de ato normativo editado pela autarquia.
 - d) dependem de autorização da Administração Central, ainda que, posteriormente, sejam autônomas.
 - e) sujeitam-se à legislação de licitações e contratos.

- 2. (FCC – 2023)** A Nova Lei de Licitações previu a contratação integrada como

- a) aquela modalidade de contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- b) aquela contratação de empreendimento em sua integralidade, com a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional.
- c) aquele regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- d) aquele contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerando o contratado com base em percentual da economia gerada.
- e) aquele contrato utilizado para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, com previsão em edital das diferentes datas previstas como referência para os custos decorrentes do mercado e para os custos decorrentes da mão de obra.

- 3. (FCC – 2022)** Em relação aos Termos de Referência, tendo em vista os termos da Lei nº 14.133/2021:

- a) Os parâmetros e elementos descritivos que deve conter o termo de referência são: definição do objeto; fundamentação da contratação; descrição da solução e do ciclo de vida do objeto; modelo de execução do objeto; modelo de gestão do contrato; critérios de medição e de pagamento; forma e critérios de seleção do fornecedor; estimativas do valor da contratação; memórias de cálculo.
- b) Termo de referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que gera o Estudo Técnico Preliminar.
- c) Na fase de apresentação de propostas e lances do processo de licitação, o órgão ou entidade licitante poderá realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no anteprojeto.
- d) O termo de referência define o objeto da licitação e fundamenta sua necessidade para realização do estudo técnico preliminar na fase de homologação do processo licitatório.
- e) O termo de referência, a critério do contratante, poderá vir a conter especificação do produto, locais de entrega e das regras para recebimentos, e especificação da garantia e assistência técnica.

→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI N° 14.133/2021)

- 4. (FCC – 2025)** Em um projeto de infraestrutura pública de um Tribunal, um engenheiro mecânico é responsável por garantir que as especificações técnicas atendam aos padrões de segurança e sustentabilidade. No entanto, ele descobre que uma das empresas licitantes está oferecendo um material que, embora seja mais barato, não atende plenamente aos requisitos de durabilidade e resistência exigidos. Considerando os princípios éticos de transparência, equidade e responsabilidade, a ação mais apropriada que o engenheiro deve tomar é

- a) informar a comissão de licitação sobre a situação, mas permitir que a decisão final seja tomada por eles.
- b) recomendar a empresa que não atende aos padrões para um projeto de menor escala e risco.
- c) aceitar a proposta mais barata, desde que a empresa concorde em fornecer garantia estendida.
- d) recusar a proposta da empresa que não atende aos padrões e justificar tecnicamente a decisão para a comissão de licitação.
- e) solicitar que a empresa forneça um relatório detalhado sobre como o material pode ser adaptado para atender aos requisitos.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

→ ESCOLA DA TEORIA CLÁSSICA

1. (FCC – 2024) No contexto da evolução das escolas administrativas, constituem marco relevante na Escola Clássica os conceitos introduzidos pelo engenheiro francês Henri Fayol, que apresentou alguns princípios da administração, entre os quais o da cadeia escalar,

- a) que representou uma quebra de paradigma em relação à unidade de direção, propondo uma estrutura transversal de comando.
- b) que corresponde à linha de autoridade que parte do principal executivo e desce, sem descontinuidade, até os níveis inferiores da organização.
- c) segundo o qual cada colaborador deve alçar ao menos 5 níveis na escala organizacional durante a sua carreira na organização.
- d) aplicável ao processo de produção de bens e serviços, predicando que deve haver uma sequência pré- ordenada entre os insumos aplicados.
- e) que propõe a departamentalização da organização de forma divisional, com instituição de centros de resultados independentes.

2. (FCC – 2022) O estudo clássico de administração de empresas contempla a teoria da organização sob duas perspectivas, segundo as quais a divisão do trabalho pode se dar

- a) horizontalmente, por níveis de autoridade, ou verticalmente, por departamentalização.
- b) horizontalmente, por departamentalização, ou verticalmente, por níveis de autoridade.
- c) de cima para baixo, por departamentalização, ou de baixo para cima, por níveis de autoridade.
- d) de cima para baixo, por níveis de autoridade, ou de baixo para cima, por departamentalização.
- e) horizontalmente, de cima para baixo, ou verticalmente, de baixo para cima.

3. (FCC – 2022) O princípio administrativo que afirma que, para evitar conflitos, deve haver um lugar certo para tudo e todos na organização, é

- a) esprit de corps.
- b) ordem.
- c) unidade de comando.
- d) unidade de direção.
- e) equidade.

4. (FCC – 2022) 4) O conceito de cadeia escalar no âmbito das organizações formais modernas, apresentado pela Escola Clássica, que teve como um de seus expoentes Henri Fayol,

- a) apresenta-se como base da departamentalização funcional, segmentando as cadeias de comando da organização como forma de evitar a excessiva centralização.
- b) quebrou o paradigma vigente, que predava uma unidade absoluta de comando, introduzindo a estrutura matricial.
- c) constitui precursor do modelo gerencial, na medida em que introduziu os centros de resultado como unidades de gestão autônoma.
- d) contrapôs-se ao dogma de unidade de direção, superando o modelo verticalizado por uma estrutura de departamentalização de acordo com a especialização das áreas.
- e) sustenta a existência de uma linha de autoridade contínua, partindo do topo da hierarquia até os postos que executam o comando.

→ MUDANÇA ORGANIZACIONAL

5. (FCC – 2025) Considere que determinada entidade pública está passando por um grande processo de mudança organizacional e, como estratégia para gerenciar esse processo, busca aplicar os conceitos predados por Kurt Lewin sobre o tema. Com base nos estudos apresentados pelo referido autor, o processo de mudança envolverá uma etapa denominada recongelamento,

- a) que ocorre no início do processo de mudança, e quando os comportamentos e hábitos arraigados devem ser desmobilizados e é preciso criar um novo “molde” a ser adotado para à comportamento organizacional.
- b) na qual a mudança é estabilizada, ou seja, quando ocorre de fato a incorporação do novo comportamento na organização e as novas práticas se tornam a nova norma, o novo paradigma.
- c) apenas na hipótese em que o processo não tenha sido bem conduzido e a mudança não tenha sido completamente internalizada, constatando-se que os antigos paradigmas seguem presentes e o processo de mudança deve ser reiniciado.
- d) que representa o ponto crítico da mudança e se dá na fase intermediária do processo, quando o novo modelo é posto à prova e deverá ser feito o máximo esforço para a aceitação pelo grupo.
- e) que consiste em uma etapa meramente formal, na qual, já tendo sido estabilizada a mudança na etapa de “descongelamento”, as normas e os regulamentos internos devem ser atualizados para refletir tal mudança.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

→ TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC)

1. (FCC – 2024) Considere as seguintes técnicas orçamentárias e descrições:

Técnicas Orçamentárias	Descrições
I. Orçamento base-zero.	1. Questiona todas as despesas, ainda que não ultrapassem limites.
II. Orçamento de desempenho.	2. Propicia mecanismos para aferição de resultados.
III. Orçamento participativo.	3. Busca maior contribuição da sociedade na elaboração.

Representa a associação entre técnicas e descrições:

- a) I - 3 - II - 2 - III - 1.
- b) I - 1 - II - 2 - III - 3.
- c) I - 2 - II - 3 - III - 1.
- d) I - 2 - II - 1 - III - 3.
- e) I - 1 - II - 3 - III - 2

2. (FCC – 2024) O orçamento público tem superado a condição de mera lista autorizativa de gastos, centrada em meios da administração pública. O chamado “orçamento moderno” paulatinamente aproxima os fins a alcançar na peça orçamentária. Considere as quatro técnicas orçamentárias abaixo:

- I. orçamento incremental;
- II. orçamento programa;
- III. orçamento tradicional;
- IV. orçamento de desempenho.

Estão associadas ao chamado “orçamento moderno” as técnicas que constam APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

3. (FCC – 2024) Considere que a proposta de Lei Orçamentária Anual de determinado ente tenha sido elaborada com base no conceito de um orçamento de base zero. Ao adotar tal opção,

- a) o princípio do equilíbrio entre receitas projetadas e despesas autorizadas deve ser verificado de forma estrita, com projeção de déficit zero.
- b) o orçamento do exercício anterior não será utilizado como parâmetro ou montante mínimo das propostas, devendo cada gestor justificar suas reais necessidades de dotações.
- c) isso significa que a proposta baseia-se nas rubricas constantes no orçamento do exercício anterior, acrescentando apenas o índice da inflação.
- d) não deverá haver aumento nominal das despesas autorizadas em relação àquelas que constaram da LOA do exercício anterior, salvo as relativas à saúde e à educação.

REDAÇÃO OFICIAL

→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL

1. (FCC – 2025) Para responder a questão, considere as recomendações do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

A impessoalidade decorre de princípio constitucional (Constituição, art. 37), e seu significado remete a dois aspectos: o primeiro é a obrigatoriedade de que a administração pública proceda de modo a não privilegiar ou prejudicar ninguém, de que o seu norte seja, sempre, o interesse público; o segundo, a abstração da pessoalidade dos atos administrativos, pois, apesar de a ação administrativa ser exercida por intermédio de seus servidores, é resultado tão somente da vontade estatal.

(Manual de Redação da Presidência da República. Disponível em: www4.planalto.gov.br)

A frase em que se observa tratamento impessoal está em:

- a) As autoridades competentes devem garantir ao cidadão o direito de ir e vir.
- b) Para mim está claro que as autoridades devem investigar os casos de corrupção no país.
- c) Nós devemos tomar medidas para proteger o meio ambiente.
- d) Na minha experiência, o uso excessivo de tecnologia é prejudicial.
- e) Acredito que investir em educação e diminuir a desigualdade social são as melhores saídas contra a violência.

2. (FCC – 2024) Atende ao requisito do emprego do padrão culto do idioma na redação oficial o seguinte trecho:

- a) Solicito à criação de software para mensurar os índices de produtividade no âmbito desta Coordenação-Geral, de modo à disponibilizar informações completas para todos os cadastros.
- b) A Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República aprimoraram o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, com à inserção de novas funcionalidades.
- c) Essas, Excelentíssimo Senhor Presidente, são as razões que justificam ao encaminhamento da presente proposta de ato normativo a consideração de Vossa Excelência.
- d) Convidou os servidores do Ministério da Justiça para assistir à apresentação do novo Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, a ser realizada no Auditório desta Subchefia.
- e) Para assegurar ao credenciamento, solicito à esse órgão a indicação dos servidores que trabalham com o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais.

3. (FCC – 2024) 3) De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, um dos mecanismos recomendados para proporcionar coesão e coerência ao texto é o emprego de conjunção para estabelecer ligação entre orações, períodos ou parágrafos, a exemplo do que se verifica em:

- a) Os governadores decidiram acatar a decisão; os prefeitos fizeram o mesmo.
- b) O embaixador compareceu à reunião, pois identificou o interesse de seu Governo pelo assunto.
- c) O TCU apontou estas graves irregularidades: falta de assinatura e de identificação no documento.
- d) O Deputado evitou a instalação da CPI da corrupção. Ele aguardou a decisão do Plenário.
- e) O Presidente da República convocou os Ministros de Estado; o Presidente do Supremo Tribunal Federal, os ministros do STF.

4. (FCC – 2024) NÃO constitui atributo da redação oficial:

- a) clareza.
- b) formalidade.
- c) concisão.
- d) pessoalidade.
- e) objetividade.

5. (FCC – 2023) Entre os mecanismos de coesão recomendados pelo Manual de Redação da Presidência da República, está a elipse, que “consiste na omissão de um termo recuperável pelo contexto”. Assim, o trecho redigido com correção e que apresenta a elipse de um verbo como mecanismo de coesão está em:

- a) Foi proposto, pelo chefe do Poder Executivo federal, a redução das alíquotas.
- b) O Embaixador compareceu à reunião, em seguida, assinalou seu interesse pelo assunto.
- c) O decreto regulamenta os casos gerais, a portaria, os particulares.
- d) O software disponibiliza informações cadastrais, tais como, dados quantitativos de tempo de entrada e conclusão de tarefas.
- e) Para efeito de credenciamento, solicita-se que se indique os servidores que pretendem comparecer ao evento.

6. (FCC – 2023) Exemplifica-se adequadamente o uso da característica indicada de redação oficial em:

- a) Padrão culto: É em artigos como este, onde poucos acreditam ser verdadeiros, em cujos se pode deduzir a má fé de todos os seus signatários.
- b) Concisão: Atualmente, Excelência, a vida contemporânea não nos tem pouparado de sobressaltos que nos intranquilizam a todos indiscriminadamente.
- c) Tratamento: Peço-lhe, caro colega, que, na eventualidade de uma licença do Ministro, dê a ver a Sua Excelência, tão logo retorno, esta redação da nova portaria.
- d) Clareza: É possível que tal conclusão derive de um desacerto de opinião para a qual concorreram motivos que haveriam de corroborá-la.

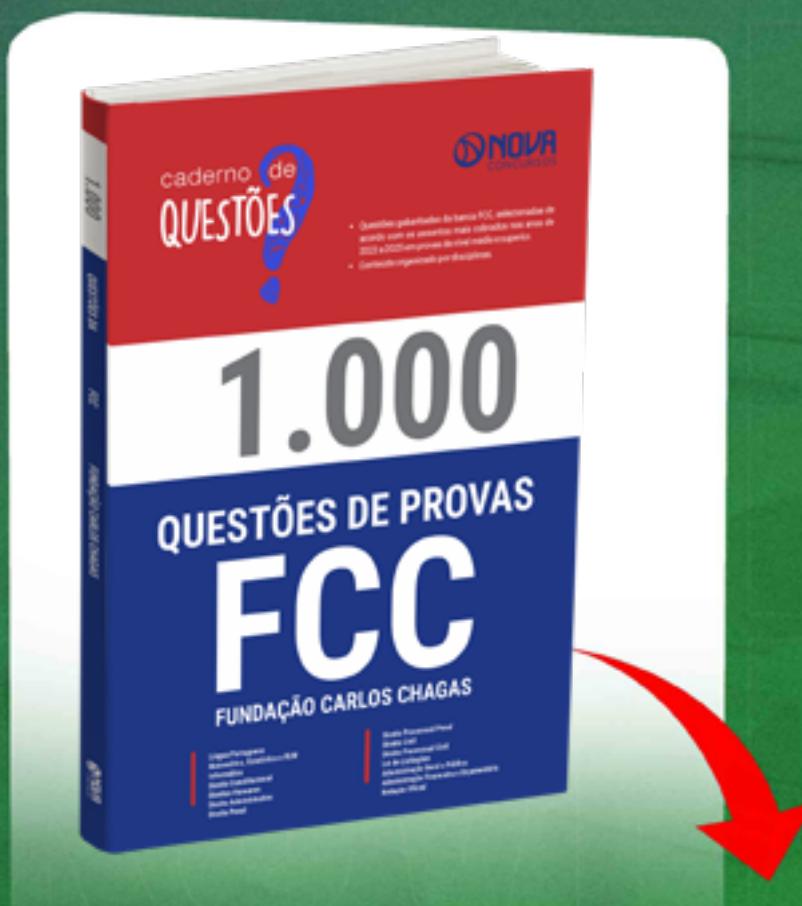
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)